



DOI 10.20396/conex.v15i1.8646435

Artigo Original

Percepção de crianças praticantes de judô em relação ao colega com deficiência visual

Gabriela Simone Harnisch¹
Douglas Roberto Borella²
Jalusa Andreia Storch¹
Anne Caroline Duarte³
José Júlio Gavião de Almeida¹

RESUMO

O objetivo do estudo foi de verificar a percepção de crianças praticantes de judô em relação ao colega com deficiência visual. O estudo caracterizou-se como uma pesquisa de campo de caráter descritivo, tendo como instrumento para coleta de dados um questionário aplicado à 18 crianças. Os dados foram submetidos a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), e posteriormente foram quantificados. Os resultados apontaram que 54% dos participantes entendem que o conceito de deficiência visual seja *cegueira*; 89% afirmaram concordar com a inclusão de pessoas com deficiência visual em aulas de judô; outros 11% relataram não concordar e nem discordar, conforme relato dos participantes. Percebe-se assim que a inclusão e aceitação do aluno com deficiência está ocorrendo, bem como a socialização entre ambos.

Palavras-Chave: Pessoas com deficiência; Inclusão educacional; Esportes para pessoas com deficiência.

¹ Universidade Estadual de Campinas

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná

³ Universidade Federal de São Carlos

Submetido em: 06 set. 2016

Aprovado em: 23 jan. 2017

Contato: agaby_@hotmail.com

Perceptions of children who practice judo about a visually impaired colleague

ABSTRACT

The purpose of this study was to comprehend how children who practice judo feel about and interact with a visually impaired colleague. This is a descriptive work based on field research and on the application of a survey, answered by 18 children. The data we gathered were submitted to a discourse analysis, as proposed by Bardin (2001), and later quantified. The results showed that 54% of the children understand visual impairment as *blindness*; 89% said that they agree with the integration of visually impaired people in the judo lessons; 11% neither agree nor disagree with the integration. Thus we realize that the integration and acceptance of the children with disabilities is happening, as well as their socialization.

Keywords: Disabled persons. Inclusive education; Adapted sports.

Percepción de los profesionales de los niños de judo en relación con discapacidad visual

RESUMEN

El objetivo del estudio es determinar la percepción de los niños que practican judo en relación con el colega con discapacidad visual. El estudio tuvo un estudio de campo de carácter descriptivo, y como instrumento de recolección de datos un cuestionario administrado a 18 niños. Los datos fueron analizados mediante el análisis de contenido propuesto por Bardin (2011), y se cuantificaron posteriormente. Los resultados mostraron que el 54% de los participantes cree que el concepto de la discapacidad visual es la ceguera de la ayuda necesaria; 89% dijo que está de acuerdo con la inclusión de las personas con discapacidad visual en las clases de judo; otro 11% reportó no está de acuerdo ni en desacuerdo según lo informado por los participantes. Uno se da cuenta de cómo se está produciendo la inclusión y la aceptación de los estudiantes con discapacidad, así como la socialización entre ellos.

Palabras Clave: Personas con discapacidad. Propensión (Educación). Deportes para personas con discapacidad.

INTRODUÇÃO

O processo da inclusão educacional e/ou social de pessoas com deficiência vem somando forças e conquistando profissionais ao longo dos anos. Frente a isso, várias ferramentas para que a inclusão fosse possível foram proporcionadas às pessoas com deficiência, entre elas, o esporte.

Assim, o esporte se transformou em uma ferramenta para o desenvolvimento humano, não somente pelas possibilidades de movimento, como também pelos incrementos proporcionados a saúde, a interação cultural e social. (MELO, 2002; WINNICK, 2004; GORGATTI; GORGATTI, 2005, PARSONS; OLIVEIRA FILHO, 2012).

De forma específica, o esporte envolvendo pessoas com deficiência consolidou-se na segunda metade do século XX, com a criação dos Jogos Paralímpicos. Neste evento, várias modalidades são contempladas, sendo o judô o primeiro esporte de origem asiática a ingressar no programa. A estreia da modalidade em Paralimpíadas deu-se em Seul, no ano de 1988, com a participação somente de atletas do sexo masculino. Em contrapartida, no ano de 2004 as mulheres tiveram a sua primeira participação. (HARNISCH, 2014; COMITÊ, CERQUEIRA; GOMES; ALMEIDA, 2012).

Quando comparada com a modalidade de cunho olímpico, o judô apresenta como principal diferença o constante contato entre os participantes, iniciando os combates com a pegada no *kimono* adversário já estabelecida. Neste íterim, são poucas as diferenças observadas entre o judô olímpico e paralímpico, de modo que existem apenas “algumas adaptações que visam a segurança dos atletas, e desse modo as estratégias pedagógicas aplicadas para o treinamento podem seguir a mesma tendência” (CERQUEIRA; GOMES; ALMEIDA, 2012; VIEIRA; SOUZA JÚNIOR, 2006, p. 165)

Por isso, as aulas de judô podem seguir os mesmos caminhos, tanto para pessoas que enxergam, quanto para aqueles que não enxergam. Apenas algumas adaptações no que tange as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores requerem desdobramentos diferentes. Neste pensar, as aulas podem ser benéficas e atingir os mesmos objetivos para ambas as populações, sem perder de vista que o processo de ensino e aprendizagem deve contemplar a análise dos fatores intrínsecos e extrínsecos à deficiência, tais como a origem e etiologia da disfunção visual, o perfil cognitivo-motor-psicológico-social, além dos fatores ambientais e limitantes dos praticantes no aprendizado (HARNISCH, 2014; COMITÊ; COBO; RODRIGUEZ; BUENO, 2003; OLIVEIRA FILHO, ALMEIDA, 2005).

Assim, as intervenções voltadas às pessoas com deficiência visual são mais benéficas quando proporcionam a socialização com as demais. Os alunos que convivem

com colegas com deficiência aprendem a resolver problemas de forma cooperativa e apresentam menos comportamentos segregadores ou excludentes. Acrescenta-se, ainda, que o convívio durante as práticas esportivas inclusivas faz com que se adquiram valores como respeito, valorização às diferenças e solidariedade diante dos demais colegas (TEXEIRA; KUBO, 2008).

A prática esportiva, quando exercida de forma inclusiva, parte da premissa de que a relação recíproca entre as pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência “permite que passem a se conhecer e a se compreender mutuamente, descobrindo e respeitando os talentos e limitações de cada um” (PEDRINELLI; NABEIRO, 2012, p. 21). Simultaneamente, os benefícios de ambientes inclusivos para pessoas sem deficiência podem ocorrer no sentido de aceitar e respeitar a diferença, sendo que os programas de inclusão levam à promoção de atitudes positivas, afeto e confiança por parte de todos os envolvidos (SIRLOPUAND, 2008; MOREIRA, 2014).

Outros estudos com o mesmo enfoque apresentam que os alunos com deficiência são menos aceitos, quando comparados aos demais colegas da turma (BATISTA; ENUMO, 2004; FACIOLA; PONTES; SILVA, 2012; FREDERICKSON, 2010). Outra distinta pesquisa mencionou que cerca de um quarto dos alunos com deficiência não são aceitos pelos seus colegas (FROSTAD; PIJL, 2007).

Com isso, o presente estudo pauta-se nos seguintes questionamentos: como os colegas do aluno com deficiência visual (DV) o percebem durante a prática de Judô? Como se dá a aceitação das diferenças em um grupo de praticantes de Judô em que há participação de um aluno com deficiência visual? Assim, o objetivo deste artigo foi de verificar a percepção de crianças praticantes de judô em relação ao colega com deficiência visual.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de campo de caráter descritivo, que “objetiva conseguir informações acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 83).

A população foi composta por alunos de um projeto de extensão de uma Universidade, que oferece aulas de judô a estudantes matriculados em escolas públicas, entre os quais há um aluno com deficiência visual.

A amostra foi composta por 18 participantes, sendo 14 do gênero masculino e quatro (4) do gênero feminino. A idade dos participantes variou de 9 a 12 anos. Para melhor elucidação dos resultados obtidos, os participantes da pesquisa foram descritos

como P1 a P18. Os critérios de inclusão remeteram-se a alunos com a faixa etária próxima à do colega com deficiência visual (9 anos), além daqueles que tivessem convivência com o mesmo nas aulas de judô por no mínimo 6 meses. Para melhor elucidação dos dados, o discurso de alguns participantes foram apresentados, considerando os participantes de P1 à P18.

Para responder ao objetivo do presente estudo utilizou-se de um questionário (SANTANA, 2010). Para ter maior fidedignidade na coleta e possibilitar fácil compreensão dos participantes, tal instrumento passou por algumas adaptações, as quais foram testadas por meio da aplicação de um teste piloto adotando os procedimentos elencados por autores da área (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). Participaram deste processo crianças que não fizeram parte da amostra do referido estudo e, ao término do teste piloto, o questionário ficou composto com um total de 15 questões, entre elas abertas e fechadas.

As questões enfatizaram os seguintes pontos: inclusão da pessoa com deficiência; percepção sobre a participação do colega com deficiência nas atividades de Judô; o relacionamento entre os participantes e o aluno com DV.

Conforme autorização da coordenação do projeto de extensão de Judô, as aplicações dos questionários aconteceram durante as aulas, em que os alunos eram encaminhados individualmente a uma sala fechada e silenciosa, junto da presença dos pesquisadores.

Após a coleta de dados foi realizado o processo de análise. As respostas obtidas passaram por análise mista (quantitativa e qualitativa) (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). Os dados deste estudo foram analisados por meio da quantificação das questões objetivas, mediante apresentação dos mesmos em frequências absolutas/relativas, utilizando-se do pacote Microsoft Excel® 2010 para Windows. Em contrapartida, as respostas dissertativas foram submetidas à análise de conteúdo (BARDIN, 2011), e quantificadas para a apresentação das respostas.

A análise de conteúdo corresponde a um conjunto de técnicas de análise das comunicações, quantitativas ou não, visando obter, por meio de procedimentos rigorosos e sistemáticos, a descrição do conteúdo das mensagens, indicadores e conhecimentos relativos às condições variantes inferidas nos discursos (BARDIN, 2011).

A presente pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (parecer 67776/2012), sob CAAE 05621612.5.0000.0107. Além disso, todos os pais e/ou responsáveis pelos participantes da pesquisa assinaram ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(TCLE), após uma reunião para esclarecimentos acerca dos objetivos e procedimentos metodológicos deste estudo.

RESULTADOS

Os dados a seguir serão apresentados por ordem dos questionamentos contidos no instrumento de coleta de dados, sendo elaboradas categorias temáticas para melhor elucidação das respostas obtidas:

a) Quanto ao entendimento acerca do conceito de deficiência visual:

A primeira categoria apresentada corresponde ao entendimento dos participantes (alunos de judô que enxergam) acerca do colega com deficiência visual. As respostas obtidas estão reveladas na Tabela 1:

Tabela 1 - Entendimento sobre deficiência visual

Entendimento	f	%
Cegueira	14	54
Dificuldade para enxergar	3	10
Necessidade de cuidados	2	8
Problema	2	8
Enxergar pouco	2	8
Pessoa com dificuldade	1	4
Doença	1	4
Não soube responder	1	4
Total	26	100

b) Quanto aos auxílios necessários durante as aulas de judô:

Quando questionados sobre a necessidade de auxiliar e ajudar o aluno com deficiência visual nas aulas de judô, verificou-se que 12 participantes (75%) responderam que a pessoa sempre precisa de ajuda e seis (6), representando 25%, opinaram que é quase sempre, sendo que não houve nenhuma resposta afirmando que o colega nunca precisa de auxílio. A respeito dos tipos de ajudas necessárias, apresenta-se na Tabela 2:

Tabela 2 - Ajudas/auxílios direcionados ao colega com deficiência visual

Auxílios Necessários	f	%
Locomoção	16	52
Durante a luta	8	26
Brincar	3	10
Localização das coisas	2	6
Vestir o kimono	1	3
Fazer saudação	1	3
Total	41	100

Para melhor fundamentar as respostas fornecidas acerca das necessidades de auxílios durante as aulas de judô, apresenta-se o discurso dos colegas P1 e P10:

Ele ainda não consegue amarrar a faixa sozinho, mas eu também não. Aí a sensei ajuda, porque a minha mãe amarra torto (P10)
Na hora da luta a gente não pode soltar ele, porque daí ele não consegue fazer golpes. A sensei sempre fica perto cuidando pra ele não sair do tatame e nem se machucar (P1)

c) Quanto à participação e inclusão da pessoa com deficiência visual nas aulas de judô:

Sobre a opinião em relação a ter um colega com deficiência visual na aula de judô, obtiveram-se as seguintes opiniões representadas na Figura 1:

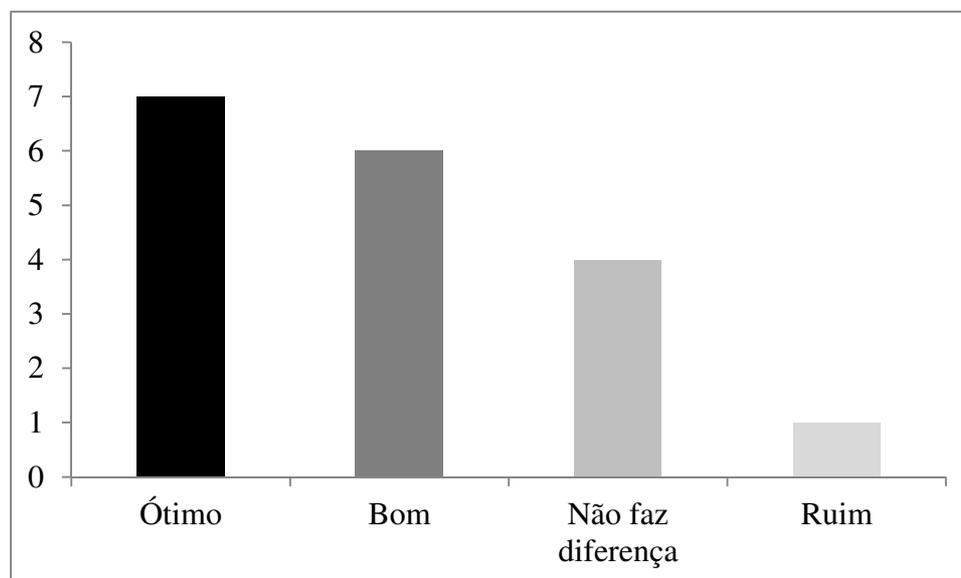


Figura 1 - Opinião sobre ter um colega com deficiência visual em aulas de judô.

No questionamento posterior, sobre a pessoa com deficiência visual praticar judô com pessoas que enxergam, ou se deveriam praticá-lo apenas com outras pessoas com deficiência visual, os participantes puderam assinalar mais do que uma alternativa.

Todos os 18 participantes consideram que pessoas com deficiência visual devem praticar a modalidade de judô com pessoas videntes, pois, seus colegas podem ajudá-lo, e é relevante para seus colegas a convivência com um portador de deficiência visual. Além disso, todos conseguem aprender a lidar com as diferenças existentes. Quatro (4) participantes ainda responderam que seria relevante a prática de judô somente com pessoas com deficiência visual para que o colega tivesse a convivência com pessoas com características semelhantes à sua. Neste íterim, evidencia-se a opinião dos participantes por meio de alguns discursos:

Eu acho bem legal ter um colega com deficiência na nossa turma, porque a gente aprende a respeitar mais as pessoas e a gente pode ajudar ele. Eu gosto de ajudar os outros (P1).

[...] acho que ele ia ficar feliz se tivessem mais alunos iguais a ele (P15).

Quando questionados se o colega com deficiência atrapalha na realização das atividades, 15 responderam que *Não*, justificando que ele consegue realizar corretamente as atividades solicitadas, e não incomoda porque alguém sempre o ajuda; três (3) responderam que *Às Vezes*, pois o colega não consegue se deslocar tão rapidamente como os demais e precisa de ajuda; e ninguém afirmou que ele atrapalha. Para tanto, denota-se a justificativa apresentada pelos alunos P7 e P12 no intuito de justificar as respostas oferecidas:

[...] ele não atrapalha porque a sensei ou algum colega sempre ajuda ele a fazer as coisas, aí ele consegue (P7).

[...] ele não atrapalha, mas ele não consegue correr tão rápido como eu (P12).

Posteriormente, houve o questionamento acerca das atividades em dupla realizadas durante as aulas de judô, sendo que 50% dos participantes responderam que sim, e os outros 50% responderam que depende da atividade. Nenhum dos participantes respondeu que não escolheria o colega com deficiência visual para ser sua dupla. Quanto a este questionamento, vale esclarecer a resposta de um dos participantes, o qual relatou que escolheria o colega com deficiência para ser sua dupla dependendo da atividade proposta:

[...] Nas brincadeiras de competição eu não escolheria o colega com deficiência porque ele as vezes não consegue fazer as coisas rápido e eu não gosto de perder (P2).

Os nove (9) alunos que responderam positivamente, justificaram sua resposta afirmando que esta é uma oportunidade de ajudá-lo, que ele consegue fazer o que é solicitado e que é igual aos demais alunos. Os outros nove (9) participantes selecionaram a opção *depende da atividade*, justificando que o colega não consegue fazer as atividades corretamente, pois ele não corre muito rápido e precisa de ajuda, ou que preferem realizar atividades com alunos do mesmo gênero, pois o colega com deficiência visual tem estatura mais baixa.

DISCUSSÃO

Por meio dos resultados encontrados, verificou-se que em relação ao entendimento sobre a deficiência visual, 54% das respostas obtidas foi relacionada à cegueira, acreditando-se ser resultante da vivência dos participantes com um colega com cegueira durante as aulas de judô.

Porém, a deficiência visual trata-se não somente dos casos de cegueira, mas também da baixa visão/visão subnormal. A Organização Mundial da Saúde (2002) subdivide a deficiência visual em duas classificações: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 graus no melhor olho, com a melhor correção óptica; e a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,5 graus no melhor olho, com a melhor correção óptica, ou casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°, ou ocorrência simultânea de quaisquer condições anteriores.

Outros participantes enfatizaram que a deficiência visual se trata da dificuldade para enxergar, e realizar atividades cotidianas, sendo possível evidenciar assim que estes conseguem visualizar aspectos que vão além da acuidade visual.

Sobre os auxílios necessários, a maioria justificou que o colega com DV sempre precisa de ajuda, principalmente para a locomoção. Tal comportamento justifica-se pelo fato de que as crianças cegas se deslocam e correm com mais liberdade quando conhecem e confiam no espaço físico pelo qual se deslocam, ou quando se sentem seguras para tal tarefa (BUENO, 2003; COBO; RODRIGUEZ; BUENO, 2003).

Os auxílios durante as aulas são percebidos não somente quando há a presença de pessoas com deficiência, devido às características inerentes à modalidade de Judô. Isso significa que atividades em duplas, por exemplo, compõe todas as aulas. Neste sentido, perguntamos aos alunos se eles escolheriam o colega com deficiência visual para as atividades, e verificamos que 50% dos participantes o escolheriam apenas em algumas atividades, uma vez que o colega em DV não consegue correr tão rápido como os demais, o que atrapalharia em brincadeiras de característica mais competitiva, por exemplo. Justifica-se que o desenvolvimento de crianças com cegueira e baixa visão apresenta-se com um número menor de interações, e consecutivamente torna-se mais lento; estas crianças atingem os estágios de desenvolvimento em idades superiores aos das crianças sem deficiência visual (OLIVEIRA FILHO; ALMEIDA, 2005).

Portanto, é de suma importância que o aluno com deficiência receba ajuda dos demais colegas para a realização das atividades, enfatizando que recorrer à tutoria, ou seja, aos auxílios dos demais participantes da aula, é uma excelente estratégia para ajudar o colega com deficiência durante as aulas. Porém, o colega tutor deve ser sensibilizado sobre a deficiência, tendo esclarecimentos sobre seus cuidados,

capacidades e limitações. Ainda, é importante lembrar que essa ajuda não deve impedir que o aluno com DV realize as atividades com autonomia, de forma que seu aprendizado aconteça de maneira natural e independente (PEDRINELLI; NABEIRO, 2012).

A aceitação durante as aulas pauta-se, principalmente, no sentimento de aceitação e pertencimento, sendo reconhecido por sua capacidade de desempenhar um papel importante no grupo. Esta necessidade reforça a relação existente com a compreensão de inclusão (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

O sentimento de aceitação também está presente em situações onde o aluno com deficiência é convidado pelos colegas a participar das atividades propostas em aula, é reconhecido como um membro importante e com seu valor para seu grupo, bem como, tem atendida suas necessidades para participação na aula. Assim, o aluno com deficiência deve receber tratamento semelhante aos demais por parte dos colegas (ALVES; DUARTE, 2014).

As evidências apresentadas acerca dos auxílios necessários remetem à maneira com que a inclusão no esporte com caráter de iniciação esportiva acontece, sendo que os participantes relatam que auxiliam no processo de inclusão da pessoa com deficiência, mas, nos momentos em que os auxílios são necessários, muitos deixam de lado o discurso anterior. Tal dado pode ser relacionado com as respostas obtidas quanto ao aluno atrapalhar nas aulas, sendo que 70% entenderam que não, justificando que ele consegue realizar corretamente as atividades solicitadas. Porém, 30% entenderam que o aluno com deficiência visual atrapalha às vezes, pelo mesmo motivo citado anteriormente: o colega tem a marcha mais lenta que os demais.

Assim, é possível evidenciar a importância do papel do professor e/ou técnico, pois este assume o papel de mediador, podendo averiguar a necessidade, o equilíbrio de poder e afetividade entre os alunos que compõem o grupo. Neste sentido, o professor é fundamental para que os alunos com deficiência possam ser incluídos em atividades esportivas, conseguindo realizar as atividades e não sendo excluído durante as aulas, tendo em vista que conhece os seus alunos, podendo direcionar as práticas para que a inclusão aconteça com sucesso.

Não obstante à necessidade de auxílio ao colega com DV, os participantes responderam de forma satisfatória que consideram significativo conviver com pessoas com deficiência justificando a importância do contato com as diferenças. Os alunos que convivem com colegas com deficiência aprendem a resolver problemas de forma cooperativa e apresentam menos comportamentos segregadores ou excludentes. Esse convívio faz com que se adquiram valores como respeito, valorização às diferenças e solidariedade diante dos demais colegas (TEIXEIRA, KUBO, 2008).

O convívio de alunos com deficiência juntamente com os que não tem deficiência pode trazer benefícios nas relações de ajuda e respeito entre colegas, sendo oportunidades para a interação, podendo constituir amizades e fomentar seu bem-estar e desenvolvimento (MOREIRA, 2014).

Mas, para que isto aconteça, a aceitação ou rejeição pela turma pode revelar-se um indicador da integração dos alunos e participação no grupo-turma. Se por um lado os alunos mais aceitos estarão mais integrados e criarão mais laços de amizade, desenvolvendo-se de maneira mais satisfatória (FREDERICKSON, 2010), por outro lado, os alunos rejeitados ou com baixa aceitação serão mais excluídos das atividades, e desenvolverão o sentimento de afastamento, desconforto e incompetência (MOREIRA, 2014).

Pode-se perceber nos achados deste estudo que existem contradições no discurso dos participantes, embora tenha relatado ser importante a participação do aluno com DV nas aulas, mas, em muitos momentos, não escolheriam o colega para ser sua dupla, principalmente nas atividades que envolvem a competição. Por meio deste discurso, verifica-se que a inclusão dos alunos com DV nas aulas de judô ainda precisa avançar no que tange a aceitação das diferenças.

O esporte como meio de inclusão visa a promoção da aceitação social, de modo que cada sociedade realiza a sua própria construção social da deficiência, e estes valores norteiam as intervenções realizadas. Assim, ser diferente e aceitar o diferente é peça fundamental para a valorização e o reconhecimento da pessoa com deficiência no contexto esportivo (PEDRINELLI; NABEIRO, 2012).

Durante a infância, o esporte é um importante meio para a formação de grupos de amigos e para o crescimento pessoal, especialmente quando acompanhado de um processo de inclusão. Isto implica em conhecer o outro, em aceitar as diferentes visões de mundo e opiniões, compreender diferentes ritmos para determinados acontecimentos, ou seja, perceber que cada pessoa é um ser humano diferente e não é este fato que torna inviável uma amizade, uma vez que os relacionamentos são construídos com base nas afinidades (FROSTAD; PIJL, 2007).

CONCLUSÃO

Partindo do objetivo geral exposto para o presente estudo, foi possível perceber que o colega com deficiência visual é aceito na turma de judô e que não há discursos de que sua presença impossibilite a realização das atividades propostas. Ao contrário, os relatos mostra a importância de se conviver com as diferenças. Todavia, pudemos perceber certas inconsistências nestes relatos, uma vez que, quando se tratavam de

temas como atividades que envolviam vitória e derrota, o auxílio ao colega cego ficava em segundo plano, e a vitória surgia como o aspecto mais importante.

Fica clara, portanto, a importância da intervenção dos professores no que diz respeito à inclusão de crianças com deficiência no contexto esportivo, uma vez que as práticas por eles conduzidas influenciam os modos de pensar e agir das crianças envolvidas.

Gostaríamos de ressaltar que ainda são necessários mais estudos acerca de ações e propostas de inclusão no meio esportivo, bem como sobre a percepção dos envolvidos acerca dos colegas com deficiência.

Espera-se que este estudo incite novos trabalhos, servindo como ponto de partida para pesquisas da prática esportiva inclusiva em outras modalidades, pois é importante avaliar com mais profundidade as percepções existentes por parte dos colegas das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Luiza Tanure; DUARTE, Edison. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de educação física escolar: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 329-338, abr./jun. 2014.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Ed. Setenta, 2011.

BATISTA, Marcus Welby; ENUMO, Sonia Regina Fiorin. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. *Estudos de psicologia*, Natal, n. 9, v. 1, p. 101-111, jan./abr. 2004.

BUENO, Salvador Toro. Motricidade e deficiência visual. In: MARTIN, Manuel Bueno; BUENO, Salvador Toro (Org.). *Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educativos*. São Paulo: Santos, 2003. p. 145-154.

CERQUEIRA, Diego; GOMES, Mariana Simões Pimentel; ALMEIDA, José Júlio Gavião de. Judô. In: MELLO, Marco Tulio de; OLIVEIRA FILHO, Ciro Winckler (Org.). *Esporte paralímpico*. São Paulo: Atheneu, 2012. 161-168.

COBO, Ana Delgado; RODRIGUEZ, Manuel Gutiérrez; BUENO, Salvador Toro. Desenvolvimento cognitivo e deficiência visual. In: MARTIN, Manuel Bueno; BUENO, Salvador Toro. *Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educativos*. São Paulo: Santos, 2003. p. 128-144.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. *Esportes: judô*. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

FACIOLA, Rosana Acef; PONTES, Fernando Augusto Ramos; SILVA, Simone Souza da Costa. Um estudo bioecológico das relações de amizade em sala de aula inclusiva. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, n. 12, v. 1, p.76- 92, 2012.

FREDERICKSON, Norah. Bullying or befriending? children's responses to classmates with special needs. *British Journal of Special Education*, London, v. 37, n. 1, p. 4-12, 2010.

FROSTAD, Per; PIJL, Sip Jan. Does being friendly help in making friends? the relation between the social position and social skills of pupils with special needs in mainstream education. *European Journal of Special Needs Education*, London, v. 1, n. 22, p. 15- 30, 2007.

GORGATTI, Marcia Greguol; GORGATTI, Tiago. O esporte para pessoas com necessidades especiais. In: GORGATTI, Marcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da (Org.). *Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais*. Barueri: Manole, 2005. p. 532-568.

HARNISCH, Gabriela Simone et al. Práticas pedagógicas utilizados por professores de judô no ensino de crianças com deficiência visual. *ConScientiae Saúde*, São Paulo. v. 13, p. 52-55, 2014. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/saude/article/view/5178/2791>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração, análises e interpretação de dados*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MELO, Ana Claudia Rapozo; LÓPEZ, Ramon F. Alonso. O esporte adaptado. *Revista Digital*, Buenos Aires, v. 8, n. 51, jul. 2002. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd51/esporte.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

MOREIRA, Maria de Fátima Lopes da Silva. Aceitação de alunos com NEE pela turma. 2014. Dissertação (Mestrado) - Instituto Superior de Educação e Ciências, Lisboa, 2014.

OLIVEIRA FILHO, Ciro Winckler; ALMEIDA, José Júlio Gavião de. Pedagogia do Esporte: um enfoque para pessoas com deficiência visual. In: PAES, Roberto Rodrigues; BALBINO, Hermes Ferreira. *Pedagogia do esporte*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 91-110

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Programa para prevenção da cegueira: o atendimento de crianças com baixa visão*. Relatório Bangkok, 2002.

PARSONS, Andrew; OLIVEIRA FILHO, Ciro Winckler. Esporte e a pessoa com deficiência: contexto histórico. In: MELLO, Marco Tulio de; OLIVEIRA FILHO, Ciro Winckler (Org.). *Esporte paralímpico*. São Paulo: Atheneu, 2012. 3-14.

PEDRINELLI, Verena Junghanel; NABEIRO, Marli. Prática do esporte pela pessoa com deficiência na perspectiva da inclusão. In: WINCKLER, C. (Org.). *Esporte paralímpico*. São Paulo: Atheneu, p. 21-25, 2012.

SALERNO, Marina Brasileiro; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. Interação nas aulas de educação física: a construção de um novo conviver. *Revista Digital*, Buenos Aires, ano 11, n. 102, 2006. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd102/interac.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

SANTANA, Mayara de. *A inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física diante da percepção de seus colegas de classe*. 2010. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

SIRLOPUAND, David et al. Promoting positive attitudes toward people with down syndrome: the benefit of school inclusion programs. *Journal of Applied Social Psychology*, Silver Spring, v. 11, n. 38, p. 2710–2736, 2008.

STAINBACK, William, STAINBACK, Susan. Colaboração, rede de apoio e construção de comunidade. In: _____. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TEIXEIRA, Fernanda. Cascaes; KUBO Olga Mitsue. Características das interações entre alunos com Síndrome de Down e seus colegas de turma no sistema regular de ensino. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 14, n.1, p. 75-92, jan./abr. 2008.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, Stephen J. *Métodos de pesquisa em atividade física*. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

VIEIRA, Carmelino Souza; SOUZA JUNIOR, Walter Russo. *Judô paraolímpico: manual de orientação para professores de educação física*. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006.

WINNICK Joseph P. *Educação física e esportes adaptados*. Barueri: Manole, 2004.